



BI Distrital

Este documento resulta de um trabalho conjunto do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza e do Núcleo Distrital de Bragança da EAPN Portugal, através da recolha e sistematização de informação estatística e da análise da mesma, respetivamente. A informação estatística foi recolhida das respetivas fontes oficiais – Instituto Nacional de Estatística, Pordata, Instituto da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional – em julho de 2020 e a sua análise foi efetuada em agosto/setembro de 2020. A análise realizada é descritiva e circunscrita à informação estatística disponível.

Distrito de Bragança

O distrito de Bragança, localizado na região norte de Portugal é composto por 12 municípios integrados em duas Comunidades Intermunicipais (CIM) – Terras de Trás-os-Montes e Douro. A unidade territorial de Terras e Trás-os-Montes inclui 9 concelhos (Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila-Flor, Vimioso e Vinhais).

A unidade Territorial do Douro integra os restantes três (Carrazeda de Ancião, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo), entre outros municípios.

O território apresenta uma área total de 6 599 km² quadrados, correspondente a 7,2% da área total do país.

Pobreza e Exclusão

No que concerne aos dados da pobreza e exclusão, os dados do INE não se desdobram por distrito, apenas por regiões. No entanto quer em 2018 quer em 2019, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social na região norte era superior à média nacional, tendo sofrido um agravamento em 2019. Enquanto que a nível nacional se manteve nos 21,6%, este indicador na zona norte passou de 22,8% para 23,2%, correspondente a um agravamento de 0,4%.

Também a taxa de privação de material severa e a taxa de risco de pobreza após transferências sociais na zona norte foram superiores à média registada a nível nacional, sendo em 2019 de 6,7% e 18,3%, quando os valores nacionais foram de 5,6% e 17,2%, respetivamente.

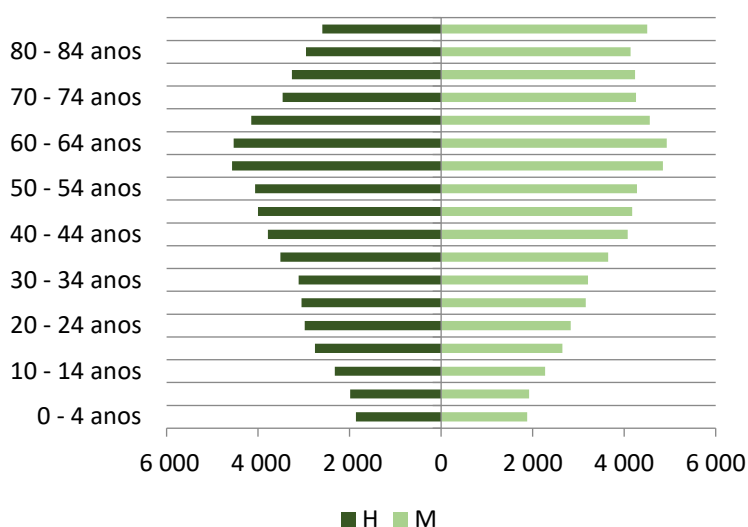
Relativamente à intensidade laboral per capita muito reduzida, em 2019 registou uma descida tanto a nível nacional como a nível da região norte. Enquanto que em 2018 era muito superior na região norte (8,0) comparativamente à média nacional (7,2), em 2019 este indicador igualou a média nacional (6,2%).

A desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 em 2019 apresentava na zona norte um valor inferior (4,7%) ao registado a nível nacional (5,2%). Assim, enquanto a nível nacional o valor de 2018 se manteve em 2019, a zona registou uma diminuição de 0,1%. Também o coeficiente de Gini do Rendimento por Adulto Equivalente registado na zona norte (30,1%) foi inferior ao valor registado a nível nacional (31,9%) em 2019.

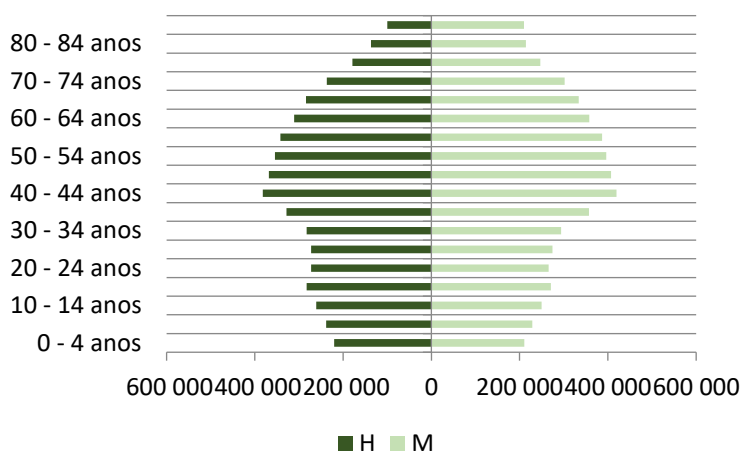
Pirâmide Etária

O decréscimo populacional registado a nível nacional, também se verifica no distrito de Bragança, embora de forma mais significativa.

Pirâmide Etária - Bragança (2018)



Pirâmide Etária - Portugal (2018)

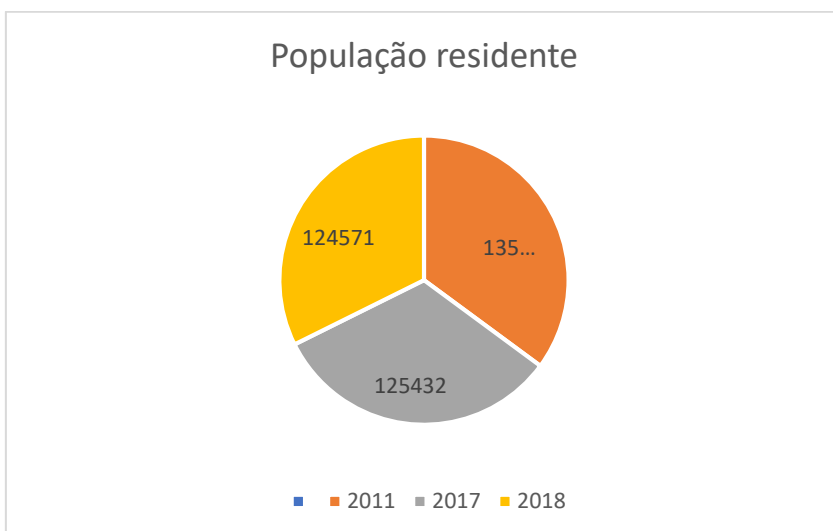


A idade predominante dos residentes no distrito situa-se na faixa etária dos 60-64 anos (9 464 habitantes), enquanto a nível nacional é dos 40 aos 44 anos.

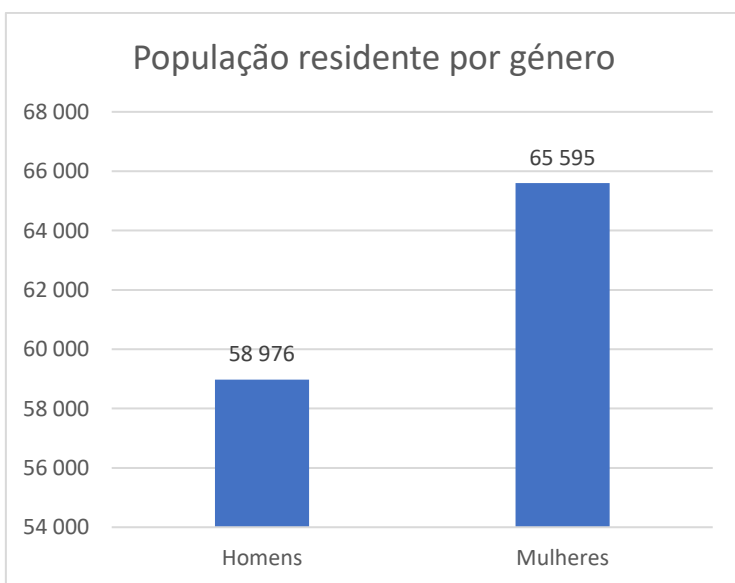
A faixa etária com menor número de população no distrito é dos 0-4 anos (3 741 habitantes), enquanto a nível nacional é dos 85 ou mais anos.

11,4% da população residente tem 80 e mais anos (7 099 tem idade compreendida entre 80-84 anos e 7 102 habitantes tem 85 e mais anos).

Território e População

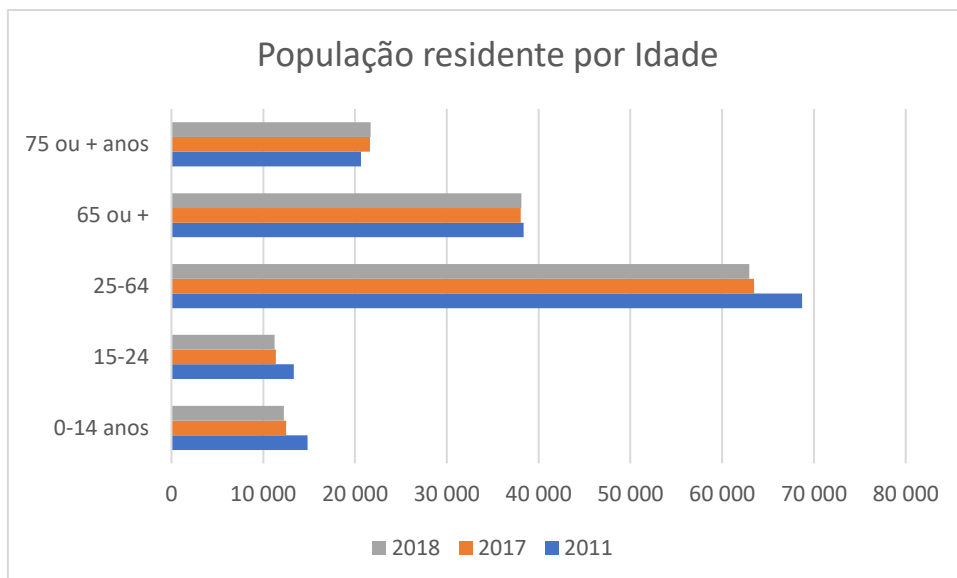


De 2011 até 2018, no período de 7 anos, o distrito teve um decréscimo de 10 672 habitantes, sendo que só de 2017 para 2018 perdeu 861 habitantes.

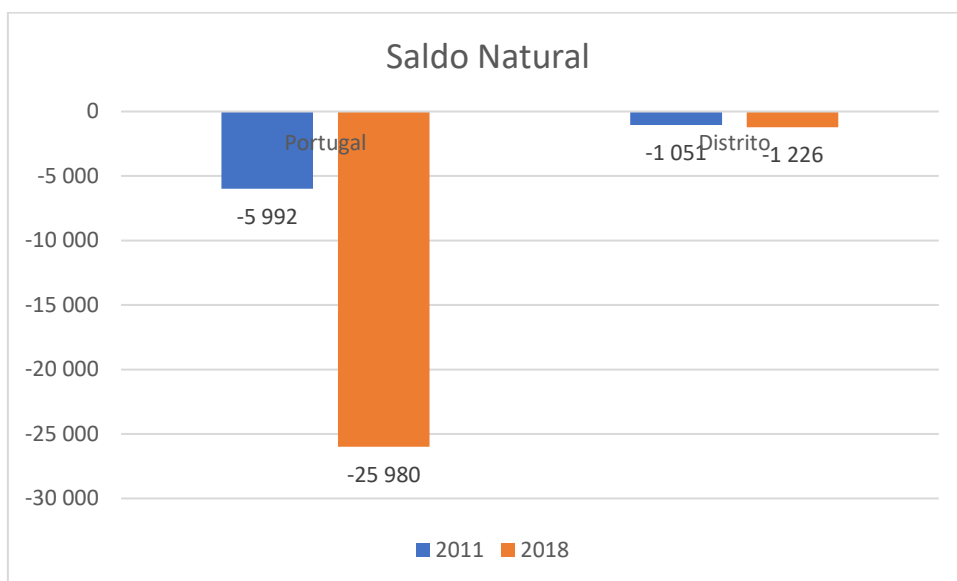


À semelhança do que acontece a nível nacional, a população continua a ser na maioria do sexo feminino.

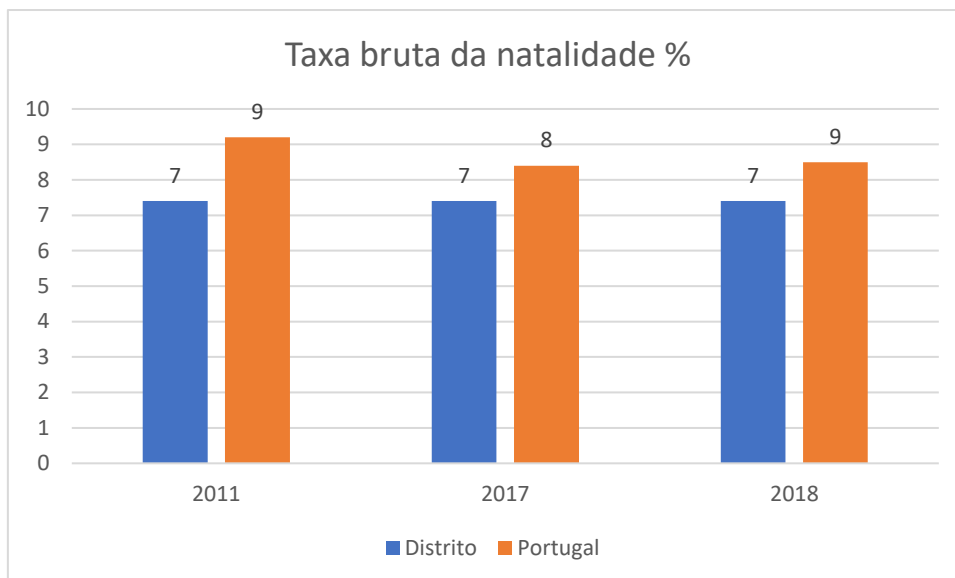
Todas as faixas etárias tiveram uma perda significativa de população, à exceção da faixa etária dos 75 ou + anos, que registou um aumento de 1 030 pessoas.



A faixa etária com perdas mais significativas de população foi dos 25-64 anos (- 5 736 habitantes em 2018 comparativamente com 2011). Também a faixa dos 0-14 anos teve uma perda significativa (- 2 599 habitantes).



O Saldo Natural do distrito aumentou, embora o aumento não tenha sido tão significativo como o registado a nível nacional.



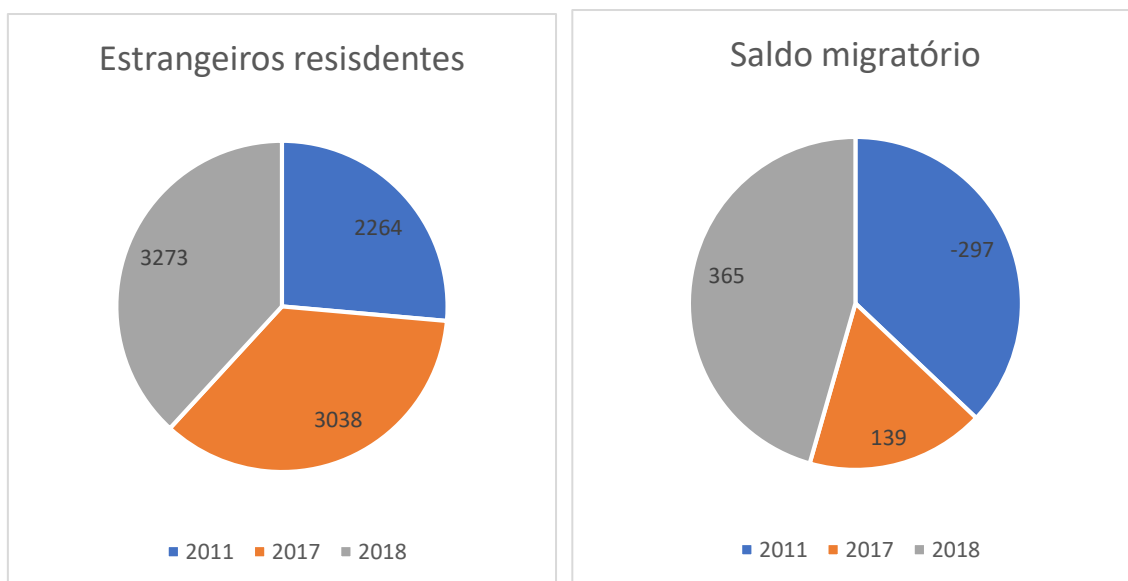
O valor máximo da taxa bruta de natalidade, apesar de inferior à média nacional manteve-se nos 7,4% já registados em 2011. A nível nacional, este desceu de 9,2% em 2011 para 8,5% em 2018.

A taxa bruta de natalidade mais elevada no período de 2011-2017 foi registada em Bragança (7,4%). Já em 2018, foi registada no concelho de Alfândega da Fé, mantendo a mesma percentagem do ano anterior (7,4%).

A taxa de natalidade mais baixa do distrito, apesar de ter vindo a aumentar, continua a registar-se no concelho de Vinhais (3,4% em 2011 e 4,3% em 2018).

O índice sintético de fecundidade tendo vindo a sofrer um aumento gradual quer a nível nacional quer ao nível do distrito, no entanto, a nível do distrito tem apresentado valores superiores aos registados nível nacional.

Em 2018 o índice sintético de fecundidade a nível nacional era de 1,41%, enquanto o valor mais alto registado no distrito foi de 1,52% em Alfândega da Fé, e o valor mais baixo 0,85% em Torre de Moncorvo.

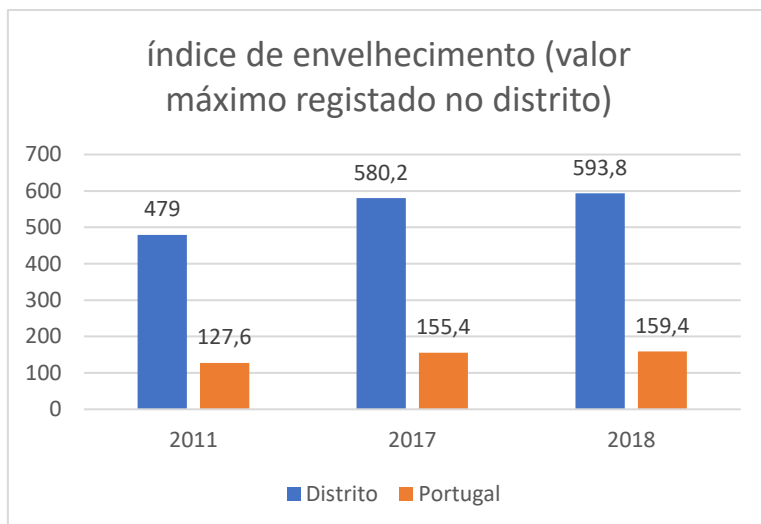


Quer a nível nacional quer a nível do distrito, o número de estrangeiros residentes tem tido um aumento considerável. Em 2018 residiam no distrito mais 1 009 que em 2011. Só de 2017 para 2018 passaram a residir no distrito mais 235 estrangeiros. O saldo migratório do distrito passou de negativo em 2011 (-297) para saldo positivo em 2017 (139), tendo tido um aumento considerável em 2018 (365).

O índice da dependência total do distrito tem vindo a aumentar significativamente desde 2011, continuando muito superior ao registado a nível nacional, apesar de também ter registado um aumento (51,4 em 2011 e 55,1 em 2018). Passou de 64,9 em 2011 para 67,9 em 2018.

O valor máximo do índice de dependência dos jovens é significativamente inferior ao registado a nível nacional (21,2). Quer em 2017 quer em 2018, o valor mais alto foi registado em Vimioso (2018: 19) e o valor mais baixo é registado em Torre de Moncorvo e Vinhais (2018: 13,7).

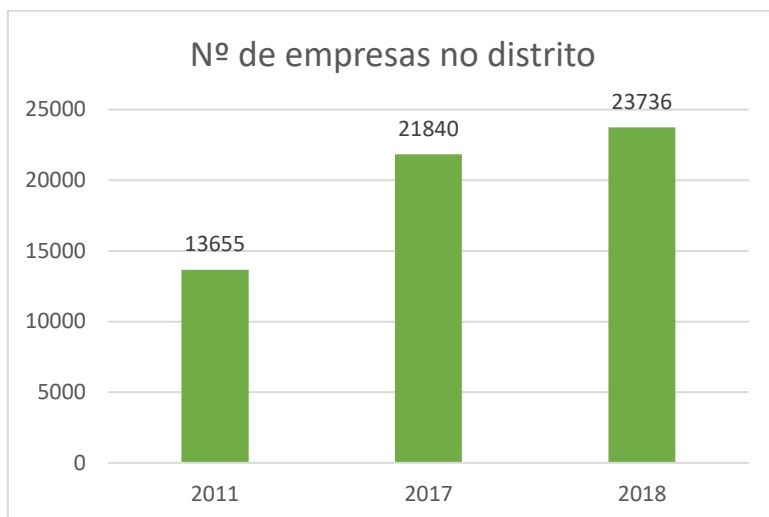
O índice de dependência dos idosos é muito superior ao registado a nível nacional, além de ter vindo a sofrer um ligeiro aumento desde 2011. Passou de 46,8 em 2011 para 51,4 em 2018, quando o valor nacional registado era de 28,8 e 33,9, em 2011 e 2018 respetivamente.



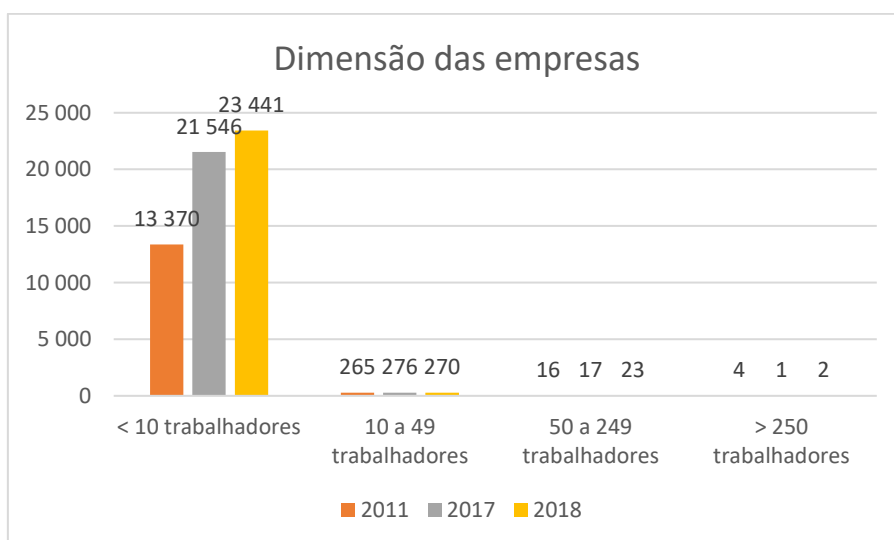
Olhando por fim ao índice de envelhecimento, em 2018 o valor registado foi quase 4 vezes superior à média nacional, Disparidade que aliás já se verificava em 2011 e que tem vindo a aumentar significativamente. Apesar de a nível nacional também se tem vindo a verificar um aumento do índice de envelhecimento, a proporção do aumento não é comparável à do distrito. Em 2018 o índice de envelhecimento nacional era de 159,4, enquanto que o valor mais elevado registado no distrito foi de 593,8 em Vinhais e o mais baixo 217,9 em Bragança. Em 2017 o valor mais baixo registado era de 212,3 e o mais alto 580,2, também em Bragança e Vinhais respetivamente. Só num ano, o valor máximo sofreu um aumento de 13,6 % e o mínimo de 5,6%.

Mercado de trabalho

Comparando os dados de 2018 com 2011, constata-se um aumento do número de empresas quer a nível nacional quer no distrito.

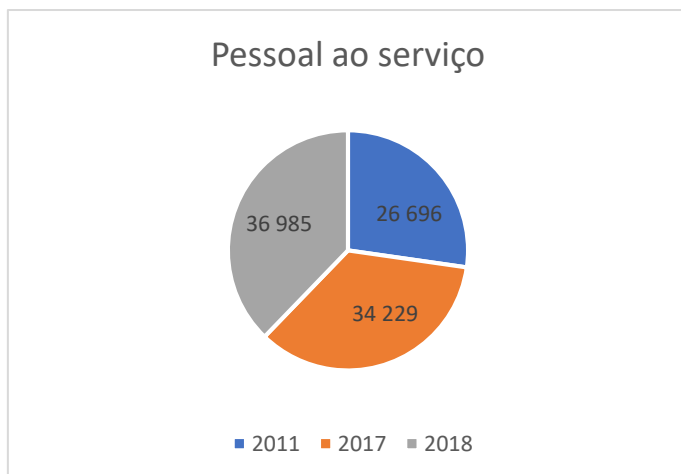


No período de um ano, surgiram mais 1.896 empresas no distrito, correspondente a 1,9% das empresas existentes no país.



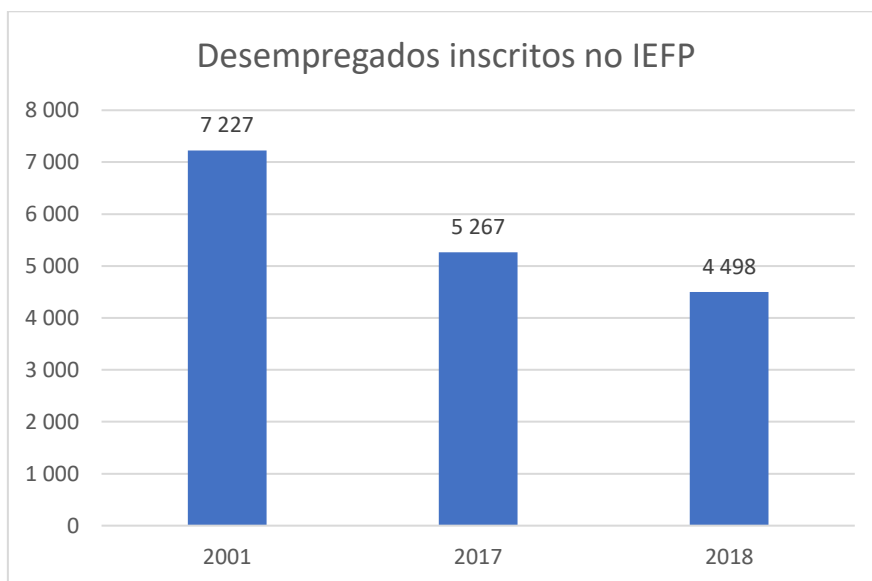
98,6% das empresas são, à semelhança do que acontece a nível nacional, de pequena dimensão, empregando menos de 10 trabalhadores. Existiam em 2018 ainda 270 empresas com 10-49 trabalhadores e 20 empresas com 50 a 249 trabalhadores. Com mais de 250 trabalhadores existiam apenas 2 empresas no distrito.

Com o aumento do número de empresas, aumenta também o número de trabalhadores ao serviço das mesmas.



De 2017 para 2018 foram criados 2 756 postos de trabalho. Comparando os dados de 2018 com 2011 pode observar-se que neste período foram criados 10 289 postos de trabalho.

O número de desempregados inscritos no IEFP tem vindo a diminuir.



O número de inscritos em 2018 representa 1,3% dos inscritos a nível nacional. De 2017 para 2018 verificou-se um decréscimo de 769 inscritos.

À semelhança do panorama nacional, o desemprego continua a ser predominantemente feminino, com o número de mulheres desempregadas (2 460) a ser notoriamente superior ao dos homens (2 038).

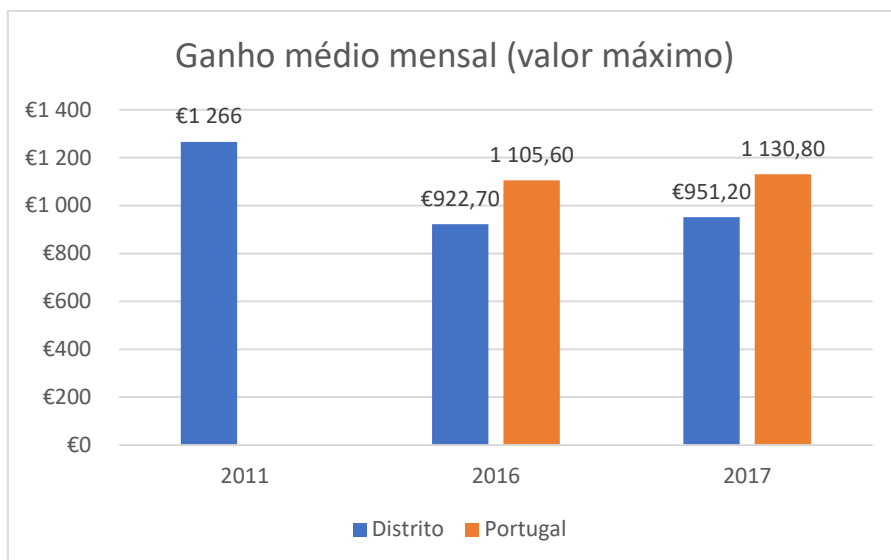
No que remete à faixa etária dos desempregados inscritos, em 2018 a grande maioria dos desempregados (1 932) tinham uma idade compreendida entre 35-54 anos. A segunda grande fatia de desempregados tinham uma idade compreendida entre 55 ou + anos (1 157).

Analisando os dados homólogos de Abril de 2019 com Abril de 2020 pode constatar-se que o número de desempregados inscritos no IEFP aumentou significativamente,

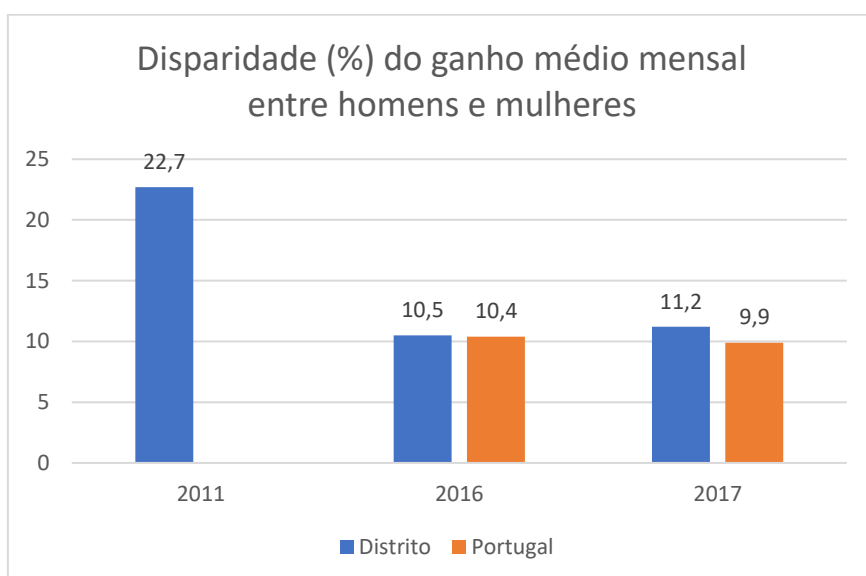
havendo em Abril de 2020 mais 93 desempregados inscritos, sendo que 89 dos quais do sexo masculino.

Rendimento e Poder de compra

A análise dos rendimentos e poder de compra tem em conta a análise dos indicadores referentes a 2011, 2016 e 2017, últimos dados disponibilizados por o INE.

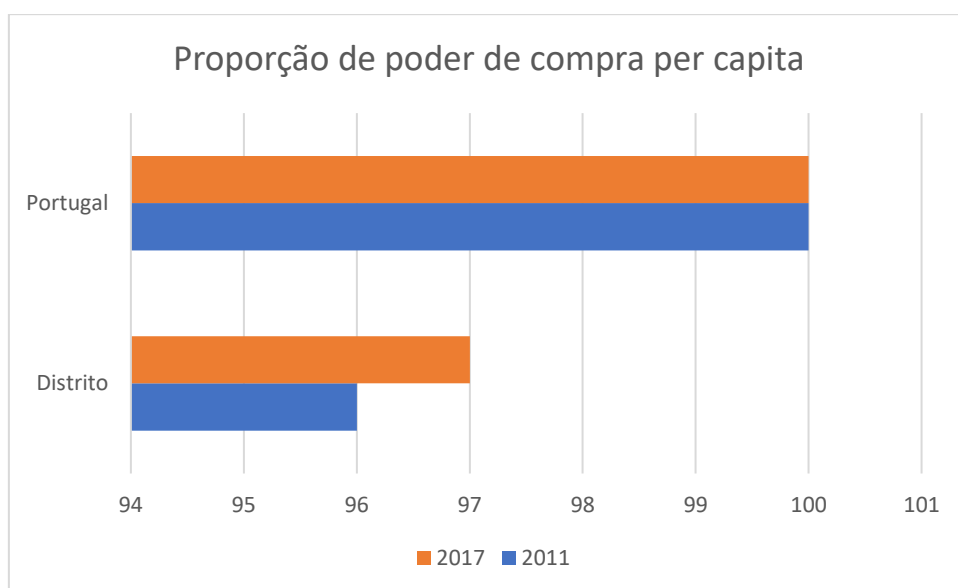


O ganho médio mensal máximo registado no distrito, apesar de em 2017 ser superior a 2016, manteve-se muito inferior ao registado em 2011. Apesar disso, é de salientar que o ganho médio mensal mínimo tem vindo a aumentar desde 2011. O concelho onde se registava o maior ganho médio mensal em 2017 foi em Bragança (valor €) e o menor em Vinhais (valor €). Em 2016 o concelho com menor valor neste indicador era Alfandega da Fé.



A disparidade do ganho médio mensal entre homens e mulheres a nível nacional desceu (em 2016 era 10,4 e em 2017 é 9,9%), contudo no distrito de Bragança este valor aumentou.

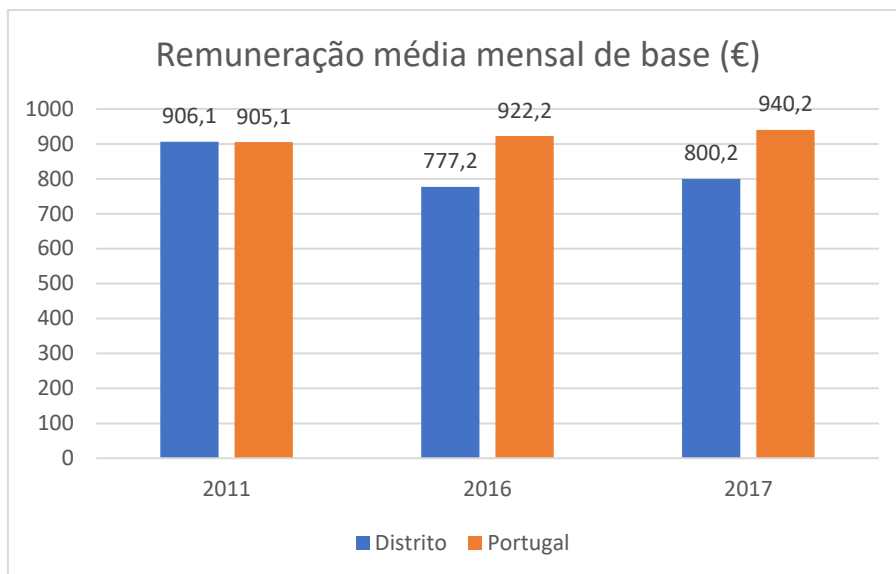
Se a o valor mais elevado na disparidade de ganho em 2016 era de 10,5%, em Miranda do Douro, em 2017 foi de 11,2%, também no mesmo concelho. Ainda assim, se comparado este valor aos de 2011, constata-se porém que, olhando aos valores máximo referentes a 2011 e 2017, a disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres teve uma diminuição significativa (em 2011 era 22,7% em Torre de Moncorvo, enquanto que em 2017 era 11,2% em Miranda do Douro).



A predominância de salários tendencialmente mais baixos (por comparação ao país), refletem-se nos níveis de poder de compra dos residentes do distrito. Apesar de tanto o valor mínimo e máximo da proporção do poder de compra per capita do distrito ter aumentado em 2017, este indicador manteve-se abaixo da média nacional. O valor máximo da proporção do poder de compra *per capita* registou-se em Bragança (97), e o mínimo em Vinhais (58), quando o valor de referência nacional é 100. Comparando com 2011, o aumento foi insignificante, uma vez que o máximo era 96 e o mínimo 51 precisamente nos mesmos concelhos.

Esta diferença de proporção de poder de compra per capita entre Vinhais e Bragança evidencia as assimetrias em termos de condições de vida e riqueza produzida.

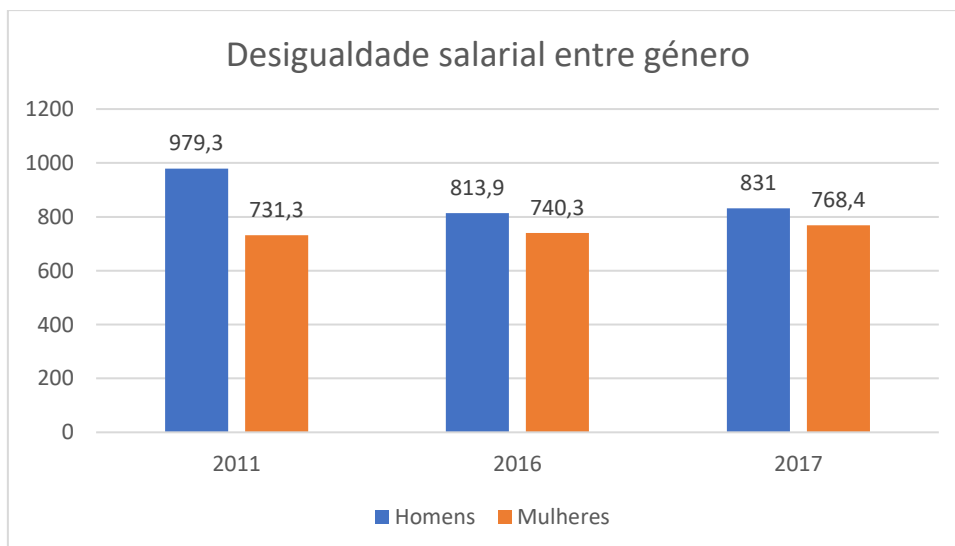
O indicador remuneração média mensal de base também nos permite evidenciar as desigualdades sociais e de rendimento existentes.



Apesar do valor máximo ter aumentado em 2017, este valor continua ainda longe de atingir o valor máximo registado em 2011 (906,1€).

Apesar disso, é de salientar que a remuneração média mensal mínima tem vindo a sofrer um aumento progressivo. Se em 2011 era 608,7€, em Vimioso, em 2017 esta subiu para 657€, em Vinhais. Estes dados evidenciam, ainda, o menor poder de compra da população residente do distrito de Bragança comparativamente com a média nacional, onde a remuneração média é 940,2€.

Outro aspeto que importa salientar é a desigualdade salarial entre géneros.



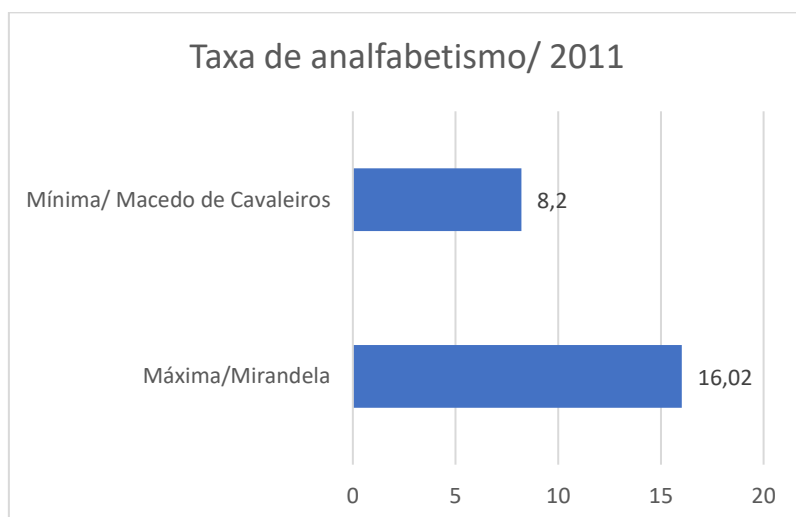
A desigualdade salarial entre homens e mulheres continuam evidentes e tendem a persistir, quer no distrito quer a nível nacional. A nível nacional a remuneração média dos homens em 2017 é 1 008,70€ enquanto que a das mulheres é de 859,2€ (- 150€). No distrito de Bragança, muito embora esta desigualdade pareça não ser tão acentuada, a mesma não deixa de ser relevante. Em 2017, a remuneração máxima dos homens no distrito é de mais 63€/ mensais que as mulheres.

Desde 2016 que se evidencia uma diminuição das assimetrias salariais de género no distrito. Em 2016, comparativamente com 2011, registou-se um aumento da remuneração média mensal das mulheres (60€ mensais) e uma descida da remuneração dos homens (165,4€). Em 2017, apesar de um aumento do valor máximo de ambos os sexos, o aumento dos homens foi inferior ao das mulheres (os homens passaram a ganhar mais 17,00€ e as mulheres 28,00€).

Relativamente à variação na remuneração média mensal no distrito, em 2017 os concelhos com maior e menor remuneração foram Bragança (831,00€) e Vinhais (639,4€), respetivamente.

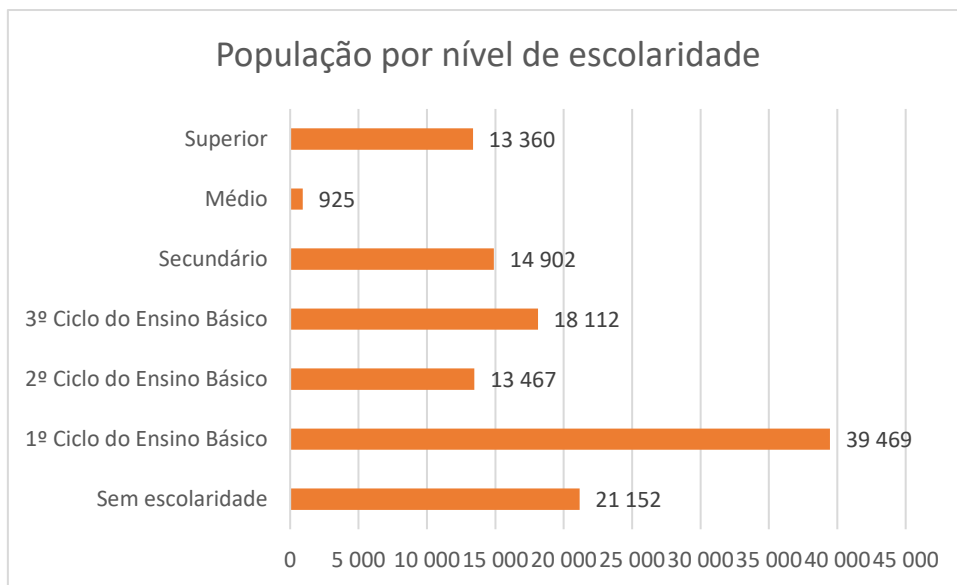
Educação

O INE não dispõe de dados atualizados no que respeita à taxa de analfabetismo e à população por nível de escolaridade. Os últimos dados disponíveis são referentes aos Censos de 2011 e revelam que a taxa de analfabetismo mais elevada se registava no concelho de Mirandela (16,2%), e a menor em Macedo de Cavaleiros (8,92%), contudo ainda assim, superior ao valor registado a nível nacional (5,22%).



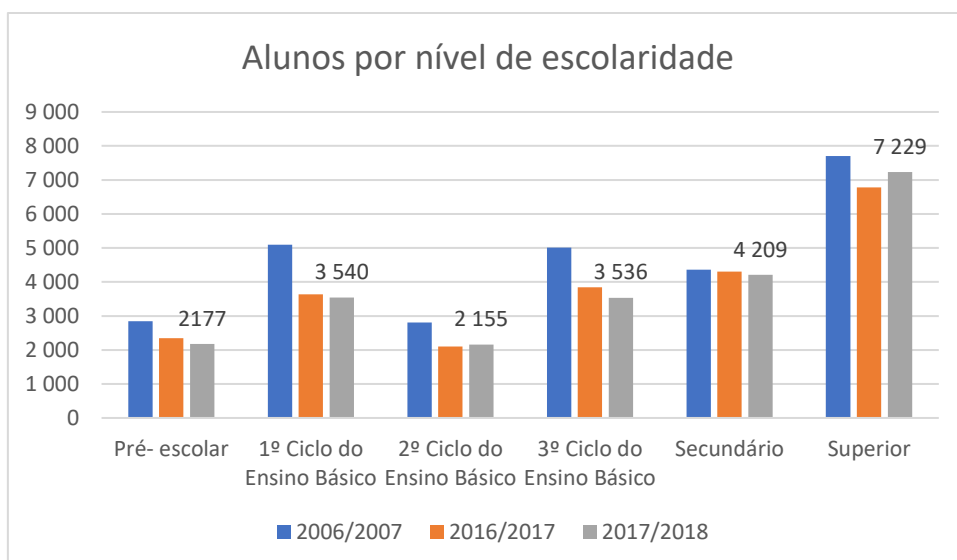
Ainda de acordo com estes dados, em 2011 a taxa de analfabetismo apresenta uma discrepância na taxa de analfabetismo entre homens e mulheres, sendo a incidência de analfabetismo superior entre mulheres quer a nível do distrito (19,71%, em Mirandela) quer a nível nacional (6,77%, enquanto que nos homens era de 3,52%).

A população residente apresentava na generalidade baixos índices de escolaridade. De acordo com os dados recolhidos, em 2011 apenas 11,0% da população residente tinha um curso superior, sendo que 88,2% não tinha a escolaridade obrigatória mínima (12º ano) e 17,4% não tinha qualquer nível de escolaridade. A maioria das pessoas tinha, em 2011, apenas o ensino básico (58,5%): 1º ciclo (32,5%), 2º ciclo (11,1%) ou 3º ciclo (14,9%). A fatia da população que detinha o ensino secundário situava-se nos 12,3%.



Prosseguindo com a análise referente ao nível de ensino, o número de alunos em estabelecimentos de ensino, este documento cinge-se aos dados referentes aos períodos letivos 2006/2007, 2016/2017 e 2017/2018.

Regra geral, olhando aos dados referentes aos períodos letivos em análise, o número de alunos tem vindo a diminuir consideravelmente. O grau de ensino que registava maior número de alunos, quer em 2006/2007 quer em 2017/2018, era o ensino superior (7 699 alunos e 7 229 respetivamente). Do ano letivo 2016/2017 para 2017/2018, o número de alunos a frequentar este grau de ensino aumentou em 444 alunos.



No ano de 2006/2007 o ano de escolaridade que após o ensino superior registava maior número de alunos era o 1º Ciclo (5 096 alunos), tendo este valor diminuído e 2017/2018 para 3 540 alunos (- 1 556).

Em 2017/2018 o grau de ensino com maior frequência de alunos, após o ensino superior, passou a ser o ensino Secundário, com 4 209 alunos (apesar de passar a ter

– 154 alunos que no ano anterior), indicador que acompanha as alterações demográficas e reflete a diminuição do número de alunos por ano escolar e por nível de ensino.

O grau de ensino que registou o menor número de alunos inscritos foi o ensino pré-escolar, tendo-se registado no ano letivo 2017/2018 menos 671 alunos do que em 2006/2007, e menos 168 que no ano letivo de 2016/2017.

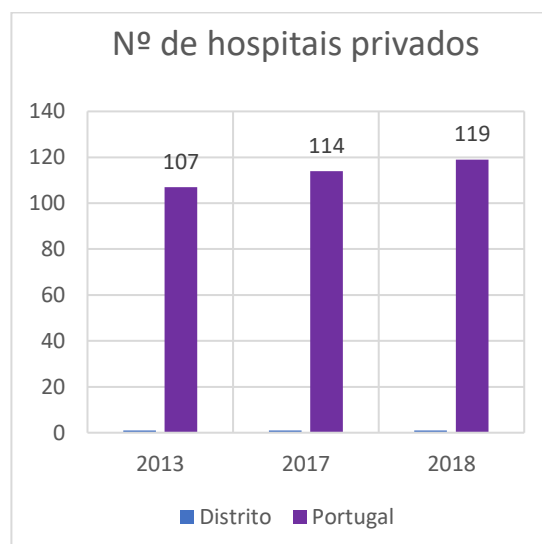
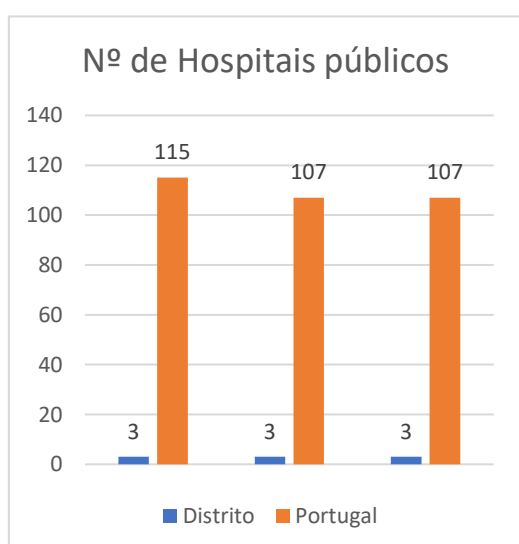
Acompanhando o decréscimo de alunos também o número de estabelecimentos de ensino no distrito diminuiu de 2006/2007 para 2017/2018, à semelhança do que aconteceu a nível nacional.

Neste período houve um decréscimo de 117 estabelecimentos de ensino, de 248 passaram a existir 131. O número de estabelecimentos de ensino com maior predominância continuava em 2017/2018 a ser os Jardins de Infância, apesar da drástica redução no período em análise (dos 126 em 2006/2007 passou para 53 em 2007/2018).

As escolas básicas tiveram uma redução de quase 50%, das 105 existentes passaram apenas a existir 60. Por outro lado, o número de escolas profissionais aumentou, se em 2006/2007 havia 4, em 2017/2018 passaram a haver 5.

Saúde

Segundo os dados do INE, em 2018 o número de hospitais públicos e privados existentes no distrito manteve-se inalterado quando comparado a 2013 (3 hospitais públicos e 1 privado). Já a nível nacional, o número de hospitais públicos diminuiu (115 em 2013 e 107 em 2018) e aumentou o número de hospitais privados (107 em 2013 e 119 em 2018).



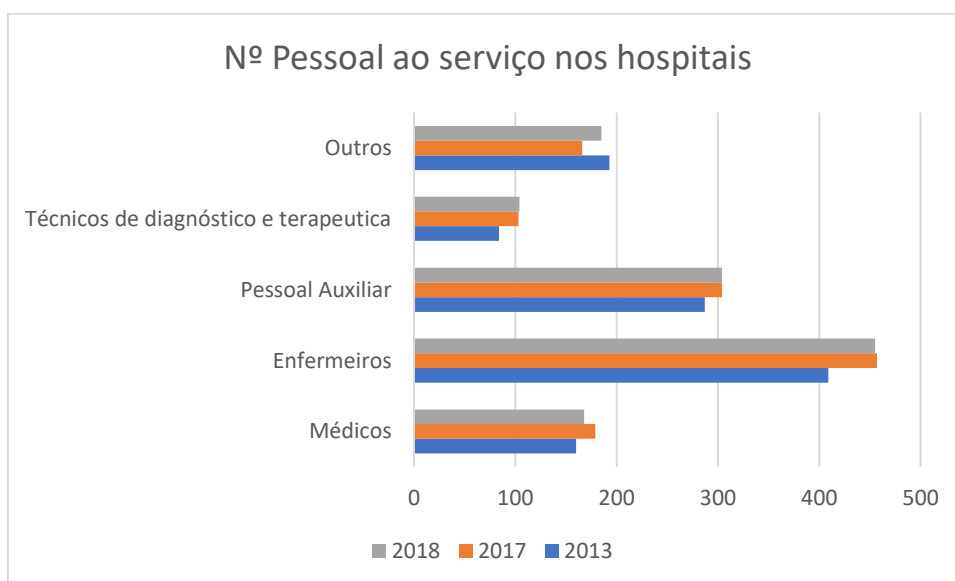
Já o número de camas em hospital público era em 2018 377 camas, um valor inferior a 2013 (404), mas superior quando comparado a 2017 (374 camas).

Comparando os dados de 2018 com 2013, verificou-se em 2018 um aumento de 8 médicos nos hospitais do distrito face a 2013, mas um decréscimo quando comparado a 2017 (-11 médicos). Assim, se em 2013 havia 160 médicos, em 2017 havia 179 e em 2018 existiam nos hospitais públicos do distrito 168 médicos.

O rácio do nº de pessoas por médico é muito superior no distrito que a nível nacional. No distrito é de 741 pessoas por médico, enquanto a nível nacional o rácio é de 466 pessoas.

A mesma tendência de crescimento se observou em relação ao número aos enfermeiros. O número de enfermeiros nos hospitais aumentou de 2013 para 2018 (+ 46 profissionais). No entanto, em 2018 também o nº destes profissionais é inferior a 2017 (-2 enfermeiros). Assim, se em 2013 havia 409 enfermeiros, em 2017 havia 457 e em 2018 havia 455 profissionais.

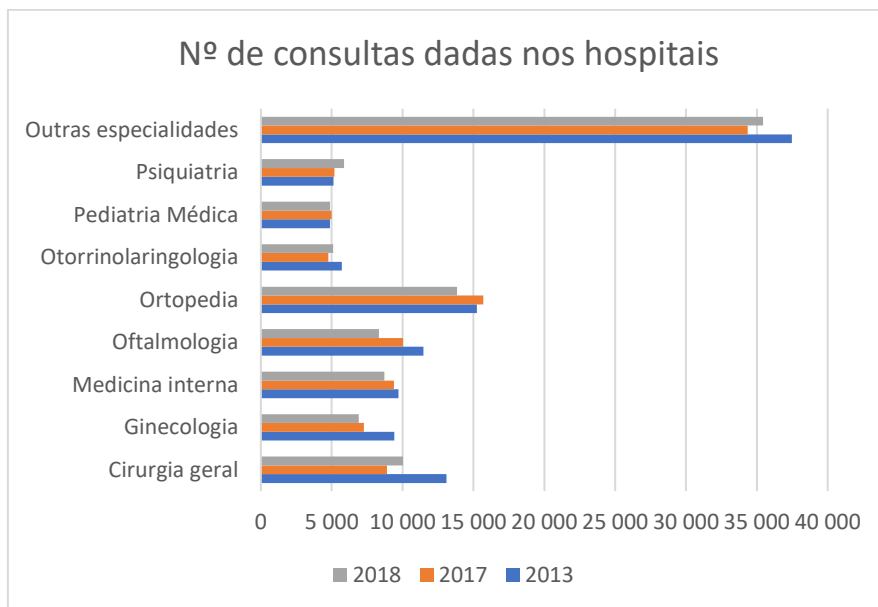
No que concerne ao pessoal auxiliar nos hospitais, em 2018 manteve-se o mesmo número que em 2017 (304 profissionais), mais 17 que em 2013. A nível nacional o número destes profissionais tem vindo a aumentar gradualmente no mesmo período. O número de técnicos de diagnóstico e terapêutica tem vindo, igualmente, a acompanhar o aumento registado a nível nacional. Se em 2013 nos hospitais do distrito haviam 84 técnicos, em 2017 esse número passou para 103 e em 2018 para 104.



O número de consultas dadas nos hospitais, quer a nível nacional quer a nível distrital, tem vindo a diminuir desde 2013. Em 2018 foram registadas menos 13 017 consultas que em 2013. Olhando ao nível das várias especialidades médicas analisadas (cirurgia geral, ginecologia, medicina interna, oftalmologia, ortopedia, pediatria, psiquiatria, etc.), pode-se ainda verificar que este decréscimo foi generalizado. Nas restantes especialidades houve uma diminuição das consultas.

No entanto se compararmos os dados de 2018 com os de 2017, pode constatar-se o aumento de consultas em determinadas especialidades, nomeadamente de psiquiatria (5 196 em 2017 e 5 859 em 2018), otorrinolaringologia (4 770 em 2017 e 5 093 em 2018) e cirurgia geral (89 906 em 2017 e 10 036 em 2018).

A especialidade que em 2018 registou maior número de consultas, à semelhança do que aconteceu em 2017, foi ortopedia, apesar desta especialidade ter registado uma diminuição do número de consultas (de 15 701 para 13 845 em 2017 e 2018, respetivamente).

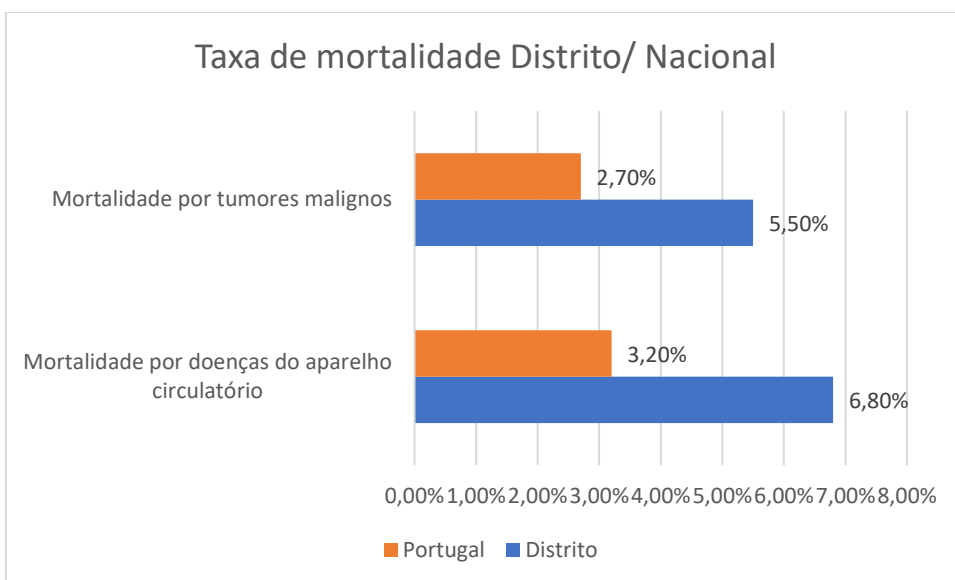
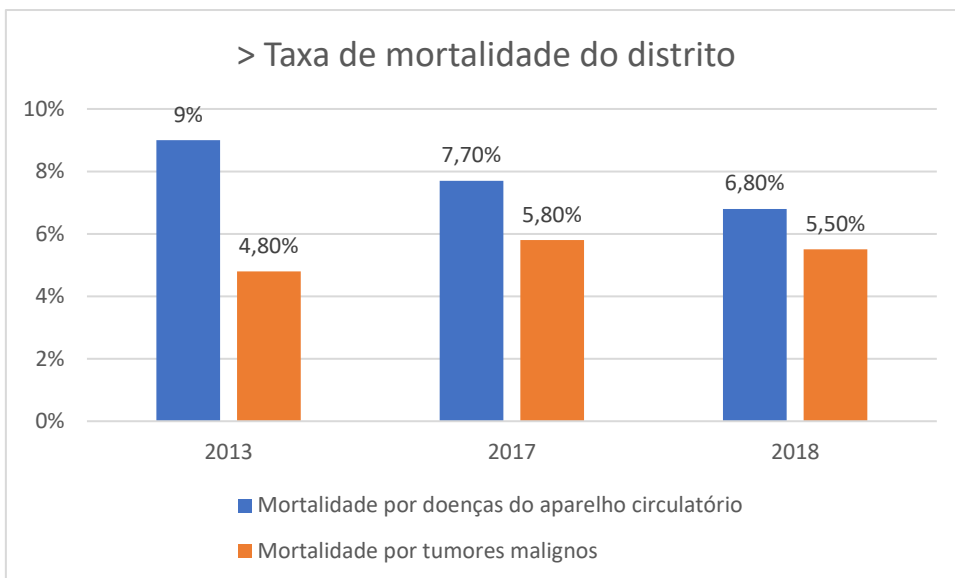


O número total de enfermeiros residentes no distrito, à semelhança do que acontece a nível nacional, registou em 2018 um pequeno aumento.

Comparando os dados de 2018 com 2013 pode constatar-se que, num período de 5 anos, houve um aumento de 21 enfermeiros, embora o crescimento mais significativo tenha sido observado entre 2017 e 2018 (1 252 em 2013 e 1241 em 2017). Em 2017 havia 1 241 enfermeiros e em 2018 há 1 273 (+ 32).

Também o pessoal médico residente acompanhou a tendência nacional, passando o distrito a contar com mais 59 médicos em 2018 quando comparado a 2013, mais 7 que em 2017 (318 em 2013, 370 em 2017 e 377 em 2018). A mesma tendência foi acompanhada pelo número de médicos dentistas residentes, tendo-se observado um aumento tanto a nível nacional como a nível distrital. Em 2013 havia 99 médicos dentistas a residir no distrito, em 2018 esse número era de 141 profissionais (+ 42 médicos). Se de 2013 para 2017 houve um aumento de 30 médicos dentistas, de 2017 para 2018 este aumento foi de 12, mantendo por isso a tendência crescente.

Relativamente aos indicadores de mortalidade por tipo de patologia, em 2018 a maior taxa de mortalidade no distrito é por doenças do aparelho circulatório (6,8%) e por tumores malignos (5,5%), apresentando taxas muito superiores às registadas a nível nacional (3,2 e 2,7 respetivamente).

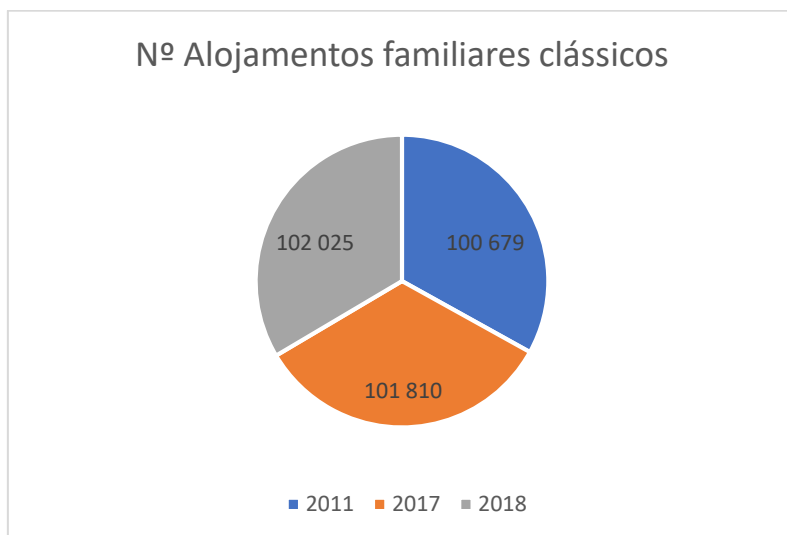


A taxa quinzenal de mortalidade neonatal quer em 2017 quer em 2018 apresentava um valor máximo superior (10,3%) ao valor médio registado a nível nacional (2,1%). Quer em 2017 quer em 2018 o valor mínimo desta taxa era de 0%, nos concelhos de Bragança, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Vinhais e Vimioso (em 2017) e nos concelhos de Carrazeda de Anciães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vinhais e Vimioso (2018).

O valor máximo da taxa quinzenal de mortalidade infantil do distrito (10,4% em Freixo de Espada à Cinta), em 2018, é muito superior à registada a nível nacional (3%).

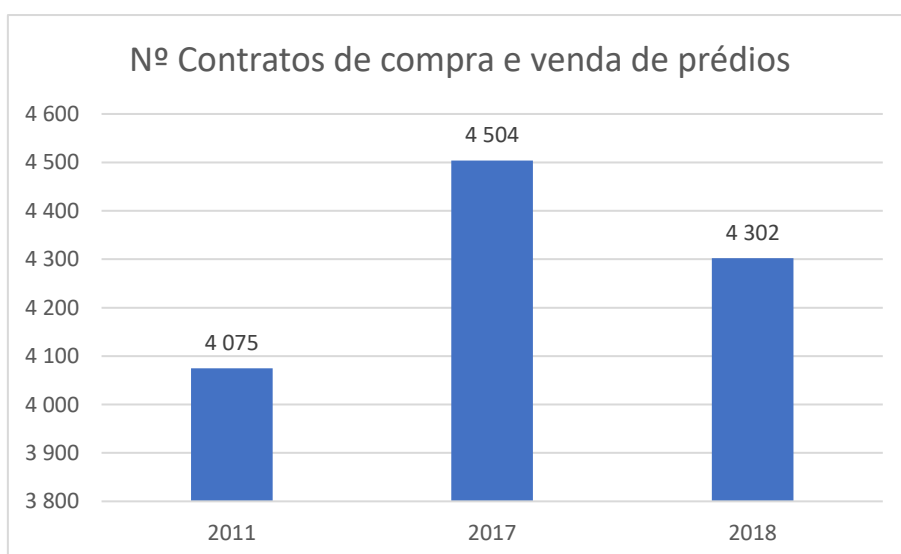
Habitação

O número de alojamentos familiares clássicos tem vindo a aumentar no distrito de Bragança.



O número de contratos de compra e venda de prédios em 2018 foi inferior ao número de contratos registados em 2017. Comparando 2018 com 2011, verificou-se que no período de 7 anos em análise surgiram no distrito apenas 227 contratos de compra e venda de prédios. Esta variação poderá estar relacionada com a diminuição da população residente e com o aumento do preço da habitação.

Em contrapartida, a nível nacional, o aumento de contratos de compra e venda de prédios tem tido um aumento gradual desde 2011.



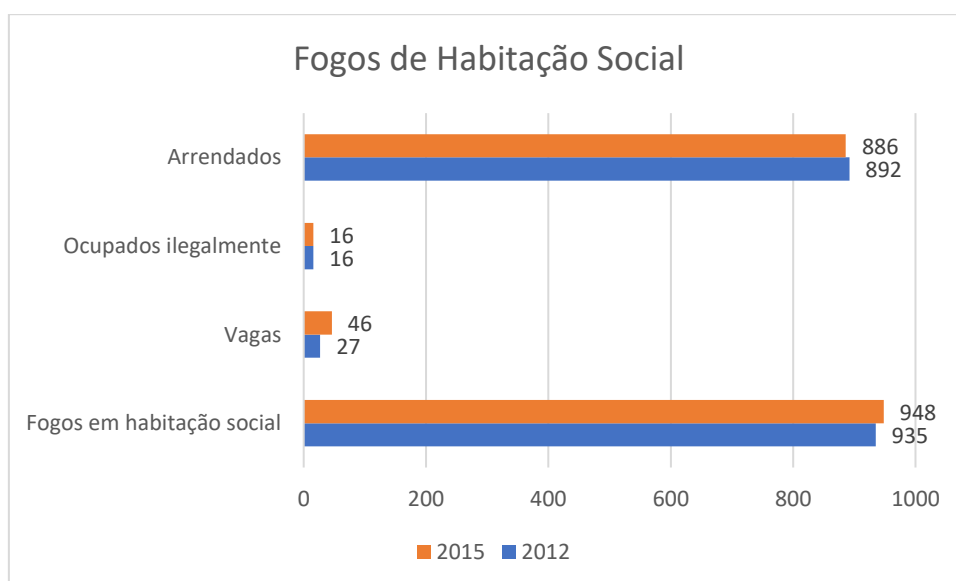
O crédito hipotecário concedido a pessoas singulares tem vindo a aumentar no distrito. Em 2018, o valor máximo era de 627€ em Bragança, valor ainda assim inferior à média nacional (653€). Em 2011 o valor máximo era de 487€ por habitante em Alfândega da Fé, em 2017 passou para 604€ em Bragança e em 2018 para 627€, também no concelho de Bragança.

No que refere ao valor máximo dos prédios transacionados, este tem vindo a diminuir no distrito. Se em 2011 o valor máximo era de 44 164€ em Freixo de Espada à Cinta, em 2017 este diminuiu para 39 869€ e em 2018 diminuiu para 37 042€, em ambos os casos no concelho de Bragança.

Já o valor mínimo dos prédios transacionados tem sofrido um significativo aumento. Se em 2011 este valor era de 4 943€ em Vinhais, em 2017 decresceu ligeiramente para 4 452€ em Vimioso, tendo voltado a aumentar em 2018 para 7 902 €, em Miranda do Douro.

Em relação ao valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, no 4º trimestre de 2019, o valor mínimo e máximo variou de 192€, em Freixo de Espada à Cinta, a 728€ em Mirandela. No período homólogo de 2018, registava-se um valor mínimo de 177€ e máximo de 635€, também em Freixo de Espada à cinta e Mirandela, respetivamente. Verificou-se assim um aumento significativo quer do valor mínimo quer do valor máximo das vendas por m².

Por último, relativamente à habitação social, convém referir que a última atualização dos dados do INE foi feita em 2016 com dados reportados a 2015.

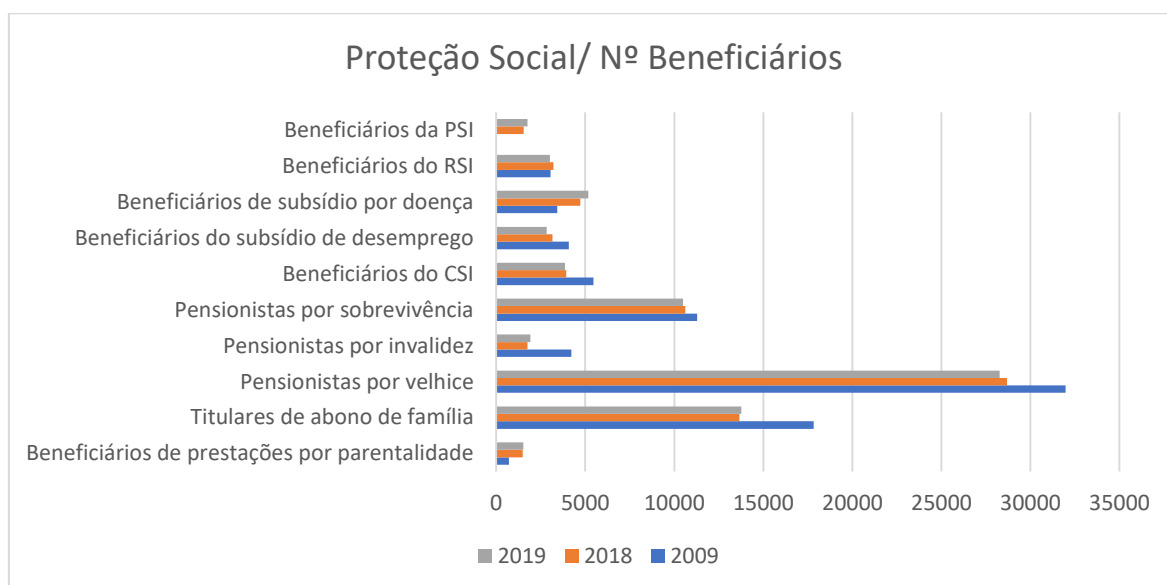


Mediante os dados disponíveis, pode constatar-se que o número de fogos de habitação social em 2015 aumentou comparativamente com o ano de 2012. Também o número de fogos de habitação social vagos aumentaram. Já o número de fogos de habitação social ocupados ilegalmente manteve-se e o número de vagas aumentou.

O número de fogos de habitação social arrendados diminuiu. No que refere ao número de pedidos de habitação social o INE disponibiliza apenas dados referentes a 2011. Há data existiam no distrito 172 pedidos.

Proteção Social

Os dados em análise da Proteção Social são referentes aos anos de 2009, 2018 e 2019.



Comparando os dados da proteção social de 2009 e 2019, podemos constatar que no prazo de 10 anos, o número de beneficiários de prestações sociais duplicou, de 711 o número de beneficiários passou para 1 522 no distrito de Bragança, à semelhança do que aconteceu a nível nacional. Só de 2018 para 2019 passaram a ser mais 35 beneficiários. Estes beneficiários continuam a ser predominantemente do sexo feminino (438 em 2009 e 845 em 2019), embora o aumento do número de beneficiários do sexo masculino tenha sido mais expressivo quando comparado ao do sexo feminino (273 e 677 em 2009 e 2019, respetivamente).

Relativamente ao número de titulares de abono de família, este diminuiu de 2009 para 2019 (17 830 e 13 757, respetivamente). Contudo, se compararmos os últimos dados com os de 2018 podemos constatar que em 2019 houve um aumento de 105 beneficiários, fator que terá sido influenciado pelo fluxo imigratório, para o qual contribuíram os alunos estrangeiros do IPB.

Também o número de pensionistas por velhice de 2009 para 2019 diminuiu, tendo passado de 31 976 para 28 274, representando em 2019 69,5% do total nacional. Só de 2017 para 2018 houve uma diminuição de 416 pensionistas.

O mesmo se verificou quanto ao número de pensionistas por invalidez. Passou de 4 227 em 2009 para 1 913 em 2019, representando 4,7% do total nacional. No entanto, quando comparado a 2018, o número de pensionistas por invalidez aumentou (passou de 1 754 para 1 913).

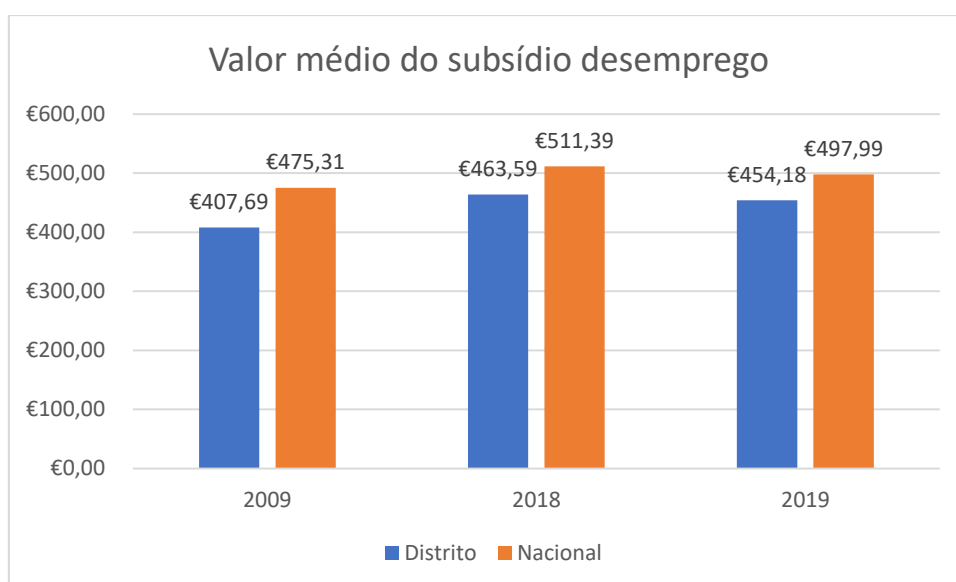
O decréscimo menos significativo foi registado no número de beneficiários da pensão de sobrevivência (passou de 11 276 em 2009 para 10 496 em 2019), representando 25,8% do total nacional.

O número de beneficiários de complemento social para idosos também diminuiu, tendo passado de 5 455 em 2009 para 3 869 em 2019, o que representava à data 2,3% do total nacional.

Em 2019, dos 4 592 desempregados inscritos no IEFP em abril desse ano, apenas 2 837, são beneficiários do subsídio de desemprego.

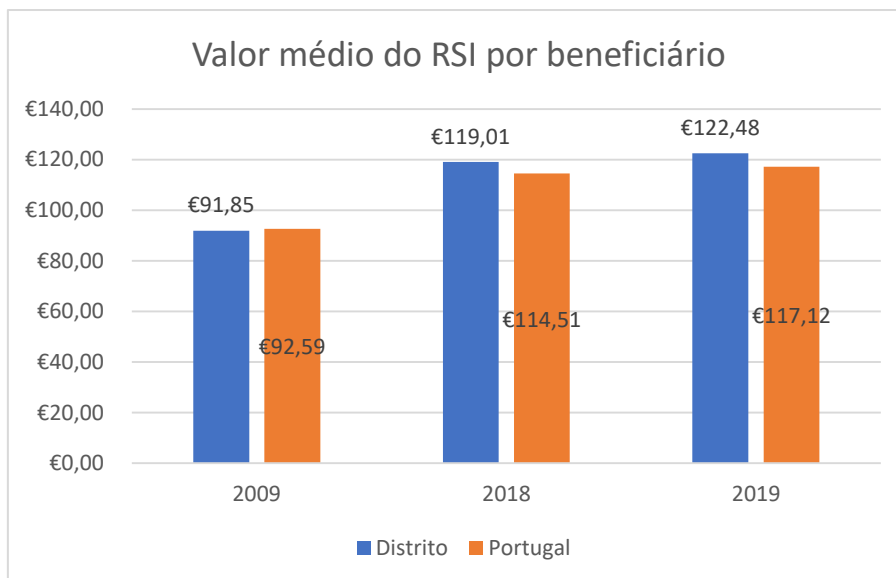
Embora o número de beneficiários de subsídio de desemprego tenha diminuído no período de 2009 e 2019 (de 4 082 em 2009 para 2 837 em 2019, o que representa 0,8% do total nacional), o valor médio do subsídio neste período aumentou ligeiramente, tendo passado de 407,69€ (2009) para 454,18€ (2019).

Contudo, se tivermos em consideração os dados de 2018, o valor médio do subsídio de desemprego desceu em 2019 (em 2018 era 463,59€). O valor médio do subsídio de desemprego tem sido sempre inferior ao valor médio registado a nível nacional.



O número de beneficiários de subsídio por doença aumentou, passando de 3 433 em 2009 para 5 164 em 2019, o que representava em 2019 o 0,7% do total nacional.

Já no que se refere ao número de beneficiários de rendimento social de inserção, este diminuiu de 2009 para 2019 (3 046 e 3 015 em 2009 e 2019, respetivamente). Contudo, importa salientar que a diminuição mais significativa foi de 2018 para 2019, passando de 3 221 para 3 015 beneficiários, possivelmente devido à alteração legislativa das condições de acesso à medida. O número de beneficiários do distrito representa em 2019, 1,1% do total nacional.

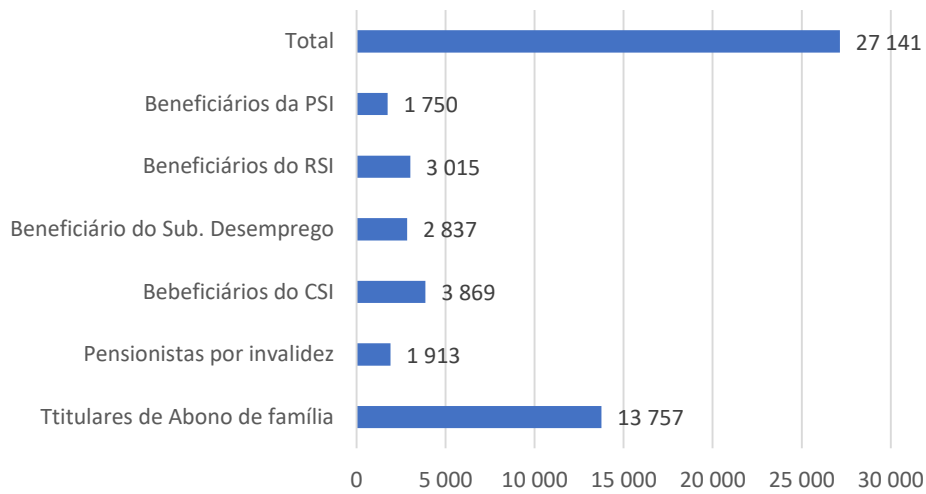


Apesar do número de beneficiários de RSI ter vindo a registar uma tendência decrescente, o valor médio do RSI por beneficiário tem vindo a aumentar, situando-se o valor significativamente acima do valor médio nacional.

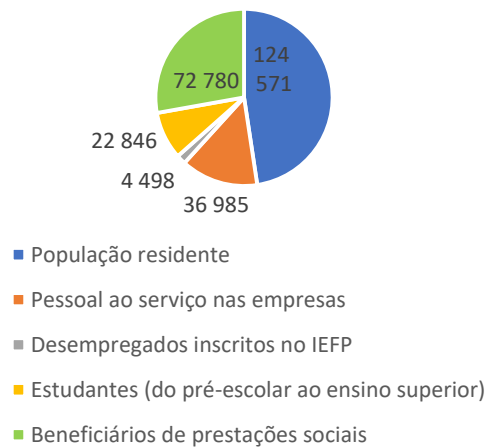
Também o número de famílias com processamento de RSI aumentou no mesmo período, de um total de 1 172 em 2009 para 1 418 em 2019. Todavia, se tivermos em conta os dados de 2018, é possível constatar que no período de um ano o número de famílias beneficiárias diminuiu, tendo 56 famílias deixado de beneficiar desta prestação. O valor médio do RSI por família também aumentou entre 2009 e 2019, de 247,9€ para 280,92€, respetivamente, sendo este valor em 2019 significativamente superior quando comparado à média nacional (259,43).

Por fim, de 2018 para 2019 verificou-se também um aumento do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão. De 1 541 em 2018 passou para 17 750 em 2019, representando assim 1,7% do total nacional.

Nº de pessoas a receber prestação social com valor inferior ao salário mínimo nacional e ao valor do limiar da pobreza, em 2018



Caracterização da população do distrito, 2018



Participação Eleitoral

A participação eleitoral analisa os indicadores referentes às eleições para a Presidência da República, para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais.

Presidência da República	1º Eleição (1976)		Última Eleição (2016)			
	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal		
Eleitores (n.º e %)	121 141 1,9%	6 477 484 100%	147 514 1,5%	9 741 377 100%		
Votantes (n.º e %)	83 235 68,7%*	4 885 624 75,4%	59 686 40,5%*	4 740 558 48,7%		
Abstenção (n.º e %)	37 906 31,3%*	1591860 24,6%	87828 59,5%*	5000819 51,3%		
Assembleia da República	1º Eleição (1975)		Eleição (2015)		Última Eleição (2019)	
	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal
Eleitores (n.º e %)	110 193 1,8%	6 220 784 100%	147 465 1,5%	9 682 553 100%	141 541 1,3%	10 810 674 100%
Votantes (n.º e %)	100 074 90,8%*	5 693 905 91,5%	69 644 47,2%*	5 408 805 55,9%	63 534 44,9%*	5 251 064 48,6%
Abstenção (n.º e %)	10 119 9,2%*	526 879 8,5%	77 821 52,8%*	4 273 748 44,1%	78 007 55,1%*	5 559 610 51,4%
Autarquias Locais	1º Eleição (1976)		Última Eleição (2017)			
	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal		
Eleitores (n.º e %)	121 026 1,9%	6 460 528 100%	145 335 1,5%	9 411 442 100%		
Votantes (n.º e %)	67 776 56%*	4 170 494 64,6%	88 853 61,1%*	5 173 063 55,0%		
Abstenção (n.º e %)	53 250 44%*	2 290 034 35,4%	56 482 38,9%*	4 238 379 45,0%		
Parlamento Europeu	1º Eleição (1987)		Eleição (2014)		Última Eleição (2019)	
	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal
Eleitores (n.º e %)	142 894 1,8%	7 813 103 100%	148 442 1,5%	9 702 657 100%	141 683 1,3%	10 786 049 100%
Votantes (n.º e %)	92 781 64,9%*	5 637 556 72,2%	43 011 29%*	3 283 610 33,8%	40 342 28,5%*	3 314 423 31%
Abstenção (n.º e %)	50 113 35,1%*	2 175 547 27,8%	105 431 71%*	6 419 047 66,2%	101 341 71,5%*	7 471 626 69,3%

Os indicadores referentes ao número de eleitores, nº de votantes e nº de abstenções, evidenciam uma fraca participação cívica. Além do nº de votantes ser muito inferior ao

nº de eleitores, o nº e % de abstenções é muito superior à de votantes, em todos os atos e anos eleitorais.

À exceção das eleições para as Autarquias Locais, que registaram um aumento da participação eleitoral caracterizado pelo aumento do nº de votantes e uma diminuição do nº de abstenções, todas as restantes eleições registaram um aumento expressivo da abstenção. O aumento do nº de abstenção tem vindo a ser, aliás, uma constante que cada vez assume maior expressão no distrito em todos os atos eleitorais.

As eleições que registaram maior número de abstenção foram as eleições para o Parlamento Europeu (71% em 2014 e 71,5% em 2019), seguindo-se as eleições para a Presidência da República (59,5% em 2016) e as eleições para a Assembleia da República (55,1% nas últimas eleições e 52,8 nas de 2015). As únicas eleições que registaram uma diminuição da abstenção foram, como anteriormente referido, as eleições para as autarquias locais (em 1974 era de 44%, tendo em 2017 sido de apenas 38,9%).